

Ameaçada de perder o FCDF, Brasília é a 3ª cidade do país

RECURSOS / Brasília sobe uma posição no ranking de cidades mais populosas e agora é terceira maior do país, segundo o IBGE. Especialistas destacam que o crescimento do DF justifica a importância do Fundo Constitucional

Por isto, o FCDF é necessário

» MILA FERREIRA
» ANA LUÍZA MORAES
» RAFAELA GONÇALVES

Nos últimos 12 anos, a população da capital do país aumentou 9,6%, um crescimento percentual maior do que o Brasil, que cresceu 5% de 2010 a 2022. Em 2010, o Distrito Federal tinha uma população equivalente a 2.570.180 pessoas. No ano passado, o número chegou a 2.817.068. A cidade subiu uma posição no ranking em relação à maior população, saindo do quarto para o terceiro lugar na lista, e agora está atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro. Os dados são do Censo Demográfico 2022, feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Economistas ouvidos pelo Correio observam que o crescimento populacional leva Brasília a um protagonismo nacional que reforça ainda mais a necessidade de manutenção do Fundo Constitucional do DF (FCDF), recurso da União direcionado às áreas de educação, saúde e segurança pública.

Newton Marques, economista e membro do Conselho Regional de Economia do DF, lembrou que, além de Brasília ter uma população em constante e expressivo crescimento, moradores do Entorno também usam serviços públicos da capital. "Brasília precisa do setor público eficiente. Muitos possuem suas atividades para cá, e a demanda não é resolvida com base apenas na arrecadação do GDF", pontua. "É difícil implementar atividades econômicas que sustentem uma cidade com o tamanho de Brasília. Aqui, muitas coisas são tombadas, e não há espaço para investimento em indústria ou agropecuária", completa o especialista.

Cecília Gomes Cardoso, de 52 anos, é plátense, mas reside no Distrito Federal há 12 anos. Na época, se mudou para o DF acompanhada da avó, e atualmente mora no município de Águas Lindas, no Góis, trabalhando como garçonne em Brasília. Inicialmente, o motivo da mudança era encontrar maiores oportunidades de trabalho. Cecília disse que há mais de três décadas utiliza os serviços públicos de saúde e de educação do DF, e que sempre teve muito auxílio por parte do Sistema Único de Saúde (SUS).

Maria Aparecida Gomes, 45, é natural de Pernambuco, mas foi criada em Schrebolino. Hoje em dia, também mora no município de Águas Lindas. Ela contou que mudou-se para o centro do



Brasília é a terceira cidade mais populosa do país, segundo Censo de 2022 e por isso a manutenção do fundo é necessária

Impacto
Economista especialista em contas públicas, Marlio Viana observa que, além da expansão da população do DF, o Entorno também cresce. "Quando olhamos o DF e pensamos em públicos públicos, precisamos olhar também para o Entorno, pois a demanda por serviços públicos é grande e, muitas vezes, absorvida pela capital. A população se expandiu, mas, ainda assim, não pode ser olhada de forma isolada. É preciso olhar também para a região ao redor", destacou Marlio.

O especialista ressaltou ainda que o crescimento populacional expressivo da capital do país também está relacionado à necessidade de recursos para sustentá-la. "O Fundo Constitucional do DF representa uma parcela muito expressiva

da receita do DF e a União tem responsabilidade pelo fato do DF ser o sede dos Três Poderes. Fazer uma modificação no recurso terá impacto relevante a uma parcela expressiva da população e pode levar à fragilização das políticas públicas ao longo dos próximos anos", acrescentou o economista.

Alterações
Na próxima terça-feira, a Câmara dos Deputados deve votar as alterações feitas no Senado Federal ao texto do PLP (Projeto de Lei Complementar) nº 93/2023 — que institui o arcabouço fiscal. Entre as mudanças feitas no Senado está a retirada do Fundo Constitucional do DF do texto de gastos instituído pelo arcabouço, o que alteraria a base de cálculo do fundo. Atualmente, o FCDF é corrigido anualmente pela variação da receita corrente líquida (RCL) da União. Em seu relatório inicial, aprovado na Câmara, o deputado Cláudio Cajado (PP-BA) pretendia corrigir o repasse a partir de 2025, de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e ganho real da despesa primária do Poder

Na semana que vem, estaremos lá juntos discutindo o Fundo Constitucional e vocês podem ter certeza que nós iremos vencer também na Câmara"

Cecília Leão (PP), vice-governadora do DF

Executivo, limitado a 25%. Deputados do Distrito Federal e representantes do GDF trabalham para sensibilizar o deputado Cajado e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) para que o fundo não retorne ao arcabouço. "Mila não foi construída em cima do diálogo. O que conseguimos no Senado foi resultado de diálogo. A Câmara não irá falhar conosco, o presidente Arthur Lira não irá falhar conosco, o Cajado não irá falhar conosco. Nós vamos construir

a votação naquela Casa que respeito demais. Estive quatro anos lá. Eu confio na liderança do presidente Arthur, confio no bom senso do relator e amigo Cajado. Na semana que vem, estaremos lá juntos discutindo o Fundo Constitucional e vocês podem ter certeza de que nós iremos vencer também na Câmara", declarou, ontem, a vice-governadora do DF, Cecília Leão (PP). Caso a questão não se resolva na Câmara, ainda há a possibilidade de veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à questão do Fundo Constitucional. Para o cientista político André Pereira César, a aprovação do arcabouço reflete na estabilidade da economia do país e é importante para o governo que seja aprovado com celeridade. "Em assuntos com várias frentes, e o FCDF é uma das questões centrais. Não me surpreenderia se o plenário da Câmara votasse novamente o fundo no arcabouço. Mas o governo tem interesse em aprovar rapidamente, já está demorando muito. De fato, os dados do Censo reforçam a necessidade de manter o Fundo Constitucional como está. O DF precisa do dinheiro, pois está crescendo de maneira desordenada", analisou ele.

Apoio do Planalto
A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet (MDB), fez um apelo, ontem, para que os deputados mantenham o texto aprovado no Senado. A chefe da pasta pediu que os deputados mantivessem a emenda ao arcabouço fiscal, aprovada no Senado, que permite a previsão de despesas condicionadas no Orçamento de 2024. Na última terça-feira, a deputada Erika Kokay (PT) esteve com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. Na ocasião, Padilha defendeu a manutenção do texto do Senado. "No Senado, quando teve o debate, o líder do governo orientou favoravelmente ao texto aprovado, que dialoga muito com o texto original que o governo havia encaminhado do marco fiscal. Agora, vamos conversar com os líderes na Câmara para manter os itens aprovados no Senado. Essa é a nossa orientação. Vamos conversar com o conjunto da Câmara dos Deputados para que aquilo que foi aprovado no Senado seja mantido na votação da Câmara, inclusive em relação ao Fundo Constitucional do DF", afirmou o ministro.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Cidades Pagina: 14